

Antonio Vieira: a maior expressão do século XVII luso-brasileiro

A tarde de hoje do Café filosófico difere bastante das anteriores. Ela não tem como tema o pensamento teológico ou filosófico de algum grande Padre da Igreja da antiguidade ou da Idade Média. Mais do que teológico ou filosófico, nosso objeto é histórico e existencial: como a fé ardente pode animar uma vida totalmente dedicada ao desigual combate para cristianizar ou humanizar a sociedade. É nesse sentido que Antonio Vieira representou a mais alta expressão atingida pela consciência moral e intelectual em toda a imensa área ocupada pelo império marítimo português. Nenhum outro chegou perto dele na síntese quase perfeita de inteligência e ação, de cultura e paixão moral, a serviço da dignidade do homem redimido por Cristo e da transformação da sociedade.

A reflexão que vamos fazer juntos sobre a vida e a obra do missionário utiliza como chave de leitura a permanente tensão dialética entre a consciência evangélica de um extraordinário religioso e a pecaminosa e injusta realidade político-econômica que tentou em vão redimir.

O tempo de Vieira é o do apogeu do açúcar e da incontestada primazia da Bahia, antes que o ouro e os diamantes das Minas dessem início à gradual deriva do eixo de gravidade, e da conseqüente e lógica transferência da capital, do Nordeste em direção ao Centro-Sul. Em época na qual a expectativa de vida nos trópicos brasileiros não deveria exceder de muito os vinte anos, ele alcançou a prodigiosa idade de noventa, o que já lhe dava a possibilidade de durar, de dispor de tempo no sentido físico, a fim de viver e agir.

Os jovens talentosos que nasciam na Bahia de então iam estudar em Coimbra, como faria seu contemporâneo Gregório de Matos. Fazendo o percurso inverso, Vieira nasceu em Lisboa, chegando a Salvador com pouco mais de seis anos, só retornando a Portugal homem feito de 33 anos, sacerdote e pregador consagrado. Deve assim a formação intelectual à nem sempre apreciada *Ratio-Studiorum* dos jesuítas, com as limitações que acompanhariam sua aplicação em colônia longínqua. Tal como sucederia séculos mais tarde com Machado de Assis, as deficiências da educação formal que se poderia obter no Brasil não foram empecilho para que o Espírito soprasse aonde quer.

O que mais o diferencia dos intelectuais e religiosos no Portugal e na Europa do tempo é haver sido o produto de infância e juventude inteiramente vividas na sociedade colonial. Talvez seja até o primeiro caso de intelectual vindo das Américas já formado e maduro a alcançar reconhecimento no mundo cultural e político europeu.

Se a colônia de exploração foi o primeiro parâmetro que delimita a inserção no espaço e no tempo de Vieira, o segundo provém do catolicismo do concílio de Trento. Colônia e reforma

tridentina formam como que os dois pólos da tensão moral que atormenta o pregador. Como conciliar o ideal de uma sociedade purificada pelos princípios do cristianismo reformado no concílio com a realidade do modelo impiedoso de exploração movido pela ganância do capitalismo mercantilista? Será possível servir a Deus e a mamom, o ídolo do dinheiro?

Fruto do capitalismo mercantilista das grandes descobertas, a colônia de exploração era, na expressão de Gregório de Matos, uma “máquina mercante” para produzir *commodities*, metais preciosos ou produtos agrícolas tropicais destinados a mercados europeus. Os padrões, valores e comportamentos das colônias se diferenciavam das metrópoles em traços essenciais derivados em boa parte de um tipo de economia estruturalmente distinta, o *plantation system*, o sistema das plantações inventado pelos portugueses e adotado por todos os colonizadores, católicos ou protestantes, espanhóis, franceses, ingleses ou holandeses nas latitudes tropicais.

A fórmula lusitana, aplicada em larga escala no Brasil, era imposta por situação originada de abundância de terra e recursos naturais, mas aguda escassez de mão de obra. A solução encontrada foi a combinação do latifúndio das sesmarias e o recurso maciço à escravidão, reintroduzida no Ocidente pelo Renascimento. Criadas para gerar o enriquecimento rápido e selvagem, o que Sérgio Buarque chamou de “colher o fruto sem plantar a árvore”, essas colônias eram como que feitorias comerciais em estado puro, de espírito totalmente afinado com o que Camões chamava do “gosto da cobiça”.

Foi nesse gênero de colônia que o mercantilismo atingiu o ponto extremo de seu potencial explorador ao converter seres humanos em mercadorias e dar-lhes caça como se fossem bichos. A heterogeneidade em relação às metrópoles sugeria que nas colônias a própria lei moral se suspendia, não havendo pecado ao sul do Equador

De caráter existencial e espacial, a colônia é, ao mesmo tempo, lugar, geografia, mas também maneira de viver e de pensar. Ela responde pelo espaço considerável que ocupam nas preocupações de Vieira temas praticamente ausentes dos pensadores europeus: o violento esbulho da propriedade e da liberdade dos indígenas, a desumanidade da escravização de negros e índios, a rapacidade das autoridades enviadas de Lisboa, a crueldade dos colonos, a corrupção generalizada dos negócios públicos.

Contudo, o que confere universalidade a seus sermões é sua outra circunstância, a temporal, de cidadão do século XVII, o tempo das invasões holandesas, da Restauração lusitana, da prolongada guerra contra Holanda e Espanha, da Guerra dos Trinta Anos, que marca o término das guerras de religião e obriga a reconhecer a irreversibilidade da reforma protestante e da ruptura da unidade do cristianismo do Ocidente. A preponderância espanhola principia a declinar ao mesmo tempo em que o predomínio da França se afirma. É a idade de ouro holandesa, dos começos da filosofia moderna com Descartes, Spinoza e Leibniz, da ciência experimental de Galileu e Newton, do barroco de Bernini, Rembrandt, Caravaggio, Vivaldi, Handel e Bach.

Também é o momento em que a reforma católica, sistematizada pelo Concílio de Trento e perseguida com pertinácia pela Roma pontifícia, atinge o apogeu de sua aplicação, da qual se começam a colher os melhores frutos. A sementeira vem do século anterior, não apenas do concílio, mas de personalidades como as de Inácio de Loyola, Francisco Xavier, Roberto Belarmino, Pedro Canísio, jesuítas da primeira ou segunda geração, dos papas Paulo III, Júlio III, Pio IV, São Pio V, Gregório XIII e Sisto V, de Carlos Borromeu, de Teresa de Ávila e João da Cruz, do teólogo jesuíta Suárez e do dominicano Francisco de Vitoria.

Foi nesse período que as antigas ordens religiosas renovadas ou fundadas há pouco tempo alcançam seus mais altos efetivos. Ao lado do Carmelo reformado a duas penas por Santa Teresa e São João da Cruz, surgem vigorosas congregações novas como os Capuchinhos de vocação popular, Barnabitas, Teatinos, Ursulinas, o Oratório italiano de São Felipe de Neri, os Camilianos e a que se identificaria com a mais enérgica e fiel aplicação das diretrizes do concílio, a Companhia de Jesus.

Jamais se havia testemunhado tamanho fervor e fecundidade na vocação de servir a Deus e ao próximo desde a era legendária do florescimento das ordens mendicantes de Domingos de Gusmão e Francisco de Assis. Esse mesmo aspecto, da exigência da mais rigorosa pobreza e austeridade, volta a caracterizar as congregações que nascem ou renascem impelidas pelo ardor de purificar os costumes da Igreja.

Fiz questão de recitar essa longa relação de nomes de santos e associações para sugerir quão perigosa é a tendência simplificadora de querer reduzir o catolicismo reformado e pós-conciliar a fórmulas e estereótipos: Contra-Reforma reativa a Lutero e Calvino, dogmatismo, formalismo, centralismo uniformizador romano. O que se vê, ao contrário, é que, nesse jardim de mil flores, desabrocham vocações populares e elitistas, de refutação à heresia e conquista missionária, de serviço aos doentes e aos miseráveis, de ensino da infância e socorro aos órfãos, de formidável ascetismo na contemplação e jubiloso otimismo na ação. Enfim, a vida católica dos seiscentos é o espelho da vida em geral na sua extraordinária diversidade e riqueza.

Longe de constituir, nesse mundo do século XVII, isolada figura de exilado voluntário, do exterior como Descartes ou do interior como Spinoza, Vieira vive intensamente a vida seiscentista no seio de uma comunidade de fé e ação, na Companhia de Jesus e na Igreja universal, às quais enriquece e completa com sua genial e original individualidade.

Voltado para o futuro, o jesuíta compreendia que Portugal precisava superar o passado medieval e preparar-se para competir no capitalismo conquistador, atraindo de volta os financistas e empreendedores judeus que o país perdera para a Holanda e outros países menos contaminados pela estupidez da Inquisição ibérica. A fim de concorrer com as modernas Sociedades das Índias holandesas e inglesas, Vieira convenceria o primeiro rei da dinastia de Bragança a fundar a Companhia Geral para o Estado do Brasil, de capitais de cristão-novos e judeus em maioria. Foi essa uma das razões da perseguição implacável que lhe moveu a Inquisição, contrariada no fanatismo intolerante e na cobiça pelas riquezas dos investidores, protegidas do confisco pela imunidade obtida pelo inspirador da empresa.

Acontece que se uma das exigências dos tempos era adaptar-se ao mercantilismo, por outro lado o moderno sistema acarretava profunda transformação de comportamentos e valores. Na maioria das vezes, iam as mudanças no sentido oposto ao desejado pelo catolicismo renovado no Concílio de Trento e promovido pelos jesuítas. É essa a razão da contradição irreduzível que logo se patentearia no mais íntimo de Vieira entre sua personalidade e ação modernizadoras e as aspirações espirituais e morais profundas de sua vocação religiosa.

Para os coloniais seus contemporâneos, decorriam da própria natureza do sistema econômico, de sua eficácia e rentabilidade, a espoliação e escravização dos índios, os sofrimentos da escravidão dos africanos e outros males condenados por pregadores e teólogos. Como não se afigurava possível, realista ou prático conciliar o sistema da colônia de exploração com os princípios do Evangelho, quase todos se acomodavam. Os que dissentiam, dominicanos como freis Bartolomeu de las Casas e Francisco de Vitoria, jesuítas como Antonio Vieira e seus confrades, estavam destinados à marginalização, à perda de qualquer influência, à expulsão ou à dissolução da Ordem, conforme sucederia com a Sociedade de Jesus.

Essa mescla, que para nós soa impura, entre a empresa evangelizadora e os interesses econômicos da colonização apareceria às vezes ao pregador como elo pragmático e positivo. Veja-se este trecho da História do Futuro: “... *sei que não é cousa nova em Deus, quando quer passar a religião de um reino a outros, meter neles a Fé às costas do interesse... E em quantas províncias achou o Evangelho fechadas as portas e, depois que o comércio bateu a elas, as teve abertas e francas?... Se não houvesse mercadores que fossem buscar a umas e outras Índias os tesouros da Terra, quem havia de passar lá os pregadores que levam os do Céu? Os pregadores levam o Evangelho, e o comércio leva os pregadores*”.

A aparente aceitação e aprovação do sistema, evidentes nessas palavras, cedem lugar ao reconhecimento agudo das injustiças que ele gera, ao cotejar os princípios cristãos fundamentais com a realidade colonial. No Sermão de Santo Antonio, por exemplo, o orador define a verdade central e irreduzível do Evangelho: “*A lei de Cristo é uma lei que se estende a todos, com igualdade, e que obriga a todos sem privilégio: ao grande e ao pequeno: ao alto e ao baixo: ao rico e ao pobre: a todos mede pela mesma medida... os homens de qualquer cor, todos são iguais por natureza, e mais iguais ainda por fé... entre cristão e cristão não há diferença de nobreza, nem diferença de cor... porque todos são brancos*”, quer dizer, pela ação purificadora do batismo. Lembre-se que essas palavras eram ditas em pleno apogeu do século do absolutismo e da desigualdade, um século e meio antes de a Revolução Francesa incluir em seu lema a igualdade!

A proclamação do princípio de referência, que deveria presidir à organização da vida social, não resistia à evidência de uma realidade não só diferente, mas antípoda. A

contemplação do espetáculo dos sofrimentos dos negros escravos, comparados à paixão de Cristo, vai inspirar ao orador perguntas dilaceradoras: *“Estes homens não são filhos do mesmo Adão e da mesma Eva? Estas almas não foram resgatadas com o sangue do mesmo Cristo?... Não há escravo no Brasil, e mais quando vejo os mais miseráveis, que não seja para mim matéria de profunda meditação... comparo o presente com o futuro, o tempo com a Eternidade, o que vejo com o que creio, e não posso entender que Deus, que criou estes homens tanto à sua imagem e semelhança, como os demais, os predestinasse para doces infernos, um nesta vida, outro na outra”* (grifado por mim).

Prestem atenção: comparo o que vejo, isto é, a realidade colonial, com o que creio, os princípios da fé, e não posso entender que Deus quisesse essa situação. Há, portanto, uma contradição entre o desejado por Deus e o sistema criado pelos homens. Ora, não era esse sistema que trazia os escravos o mesmo sistema de comércio que levava os pregadores elogiado antes? E acaso era outro o sistema que o jesuíta tentava modernizar com a Companhia do Comércio e os capitais judaicos?

Não é preciso muito esforço para dar-se conta da tensão inerente entre o mercantilismo, componente orgânico da colônia de exploração, e o catolicismo tridentino, que os missionários queriam transformar na base e inspiração da vida social. A contradição talvez fosse no fundo insolúvel. É o que sugere ao menos o que viria a acontecer mais tarde com a Revolução Industrial: a secularização inexorável, a progressiva dessacralização ou, para empregar a terminologia de Max Weber, o desencantamento do mundo, que iria acompanhar, nos séculos seguintes, a crescente afirmação de um tipo de capitalismo de idolatria do mercado e do dinheiro. Foi essa idolatria do mercado a que terminou por tomar o lugar do cristianismo como religião substituta e dominante.

Ante essa irrecusável contradição, o jesuíta adotaria uma dualidade de respostas complementares. Uma, no plano consciente dos objetivos racionais, razoáveis, compatíveis com o sistema. É a do que hoje chamaríamos de reformismo: eliminar os excessos, minorar os males, aperfeiçoar, modernizar o funcionamento do sistema. A outra, radical, foi a do seu messianismo profético, o aspecto que mais causa perplexidade ao leitor moderno nesse gigante da inteligência lógica e argumentativa.

A explicação da aparente irracionalidade residiria na desconfiança que homem tão perspicaz acabaria por ter da causa profunda do fracasso infalível de todas suas tentativas de reformismo. Não seria tal fracasso indicação de uma absoluta, insanável oposição entre o Evangelho e o mercantilismo colonial? Que fazer em tal caso num contexto histórico onde não existiam ainda as condições subjetivas e objetivas para o aparecimento das ideologias revolucionárias de abolição do capitalismo que viriam mais tarde? Sua possibilidade de escolha

se resumia em omitir-se pela fuga do mundo ou avançar além da racionalidade, pondo a esperança no Quinto Império, que realizaria, a partir desta Terra, as promessas evangélicas da justiça.

A primeira opção era impensável para o Padre Vieira, que temia acima de tudo a omissão, *um pecado que se faz não fazendo*. Vejam este soberbo texto sobre o que considerava o mais perigoso de todos os pecados:

“Estava o profeta Elias em um deserto metido em uma cova, aparece-lhe Deus e diz-lhe: E bem Elias, vós aqui? Aqui, Senhor! Pois aonde estou eu? Não estou metido em uma cova? Não estou retirado do mundo? Não estou sepultado em vida? Não estou disciplinando, não estou jejuando, não estou contemplando e orando a Deus? Assim era. Pois se Elias estava fazendo penitência em uma cova, como o repreende Deus e lho estranha tanto? Porque ainda que eram boas as obras que fazia, eram melhores as que deixava de fazer. O que fazia era devoção, o que deixava de fazer era obrigação”.

Observe-se como o pregador enumera as atividades de uma vida contemplativa e de apartamento do mundo, vocação a que tantos se sentiriam atraídos naquela época do quietismo, do jansenismo, da fundação dos trapistas, os cistercienses de estrita observância da mais austera das disciplinas. Para si rejeita-as todas e explica qual era a obrigação a que se sabia convocado:

“Tinha Deus feito a Elias profeta do povo de Israel, tinha-lhe dado ofício público; e estar Elias no deserto, quando havia de andar na corte; estar metido em uma cova, quando havia de aparecer na praça; estar contemplando no Céu, quando havia de estar emendando a Terra; era muito grande culpa”.

A missão do pregador não é contemplar Deus no Céu, mas emendar os homens na Terra, o que só se pode fazer pela ação. Na primazia da ação, o orador, neto de mulata que era serviçal dos condes de Unhão, encontra também a verdadeira fidalguia: *“cada um é as suas ações, e não outra coisa... quando vos perguntarem quem sois vós, não vades revolver o nobiliário de vossos avós, ide ver a matrícula de vossas ações”.*

O autêntico Vieira, e o mais atual, comentou Augusto Meyer, se revela no sermão da quinta dominga da quaresma, pregado na catedral de Lisboa, em 1651. “Sentimos”, escreveu o crítico gaúcho, “a aresta do seu inconformismo, que sonha um mundo cristão e, para iludir-se, chega a vaticinar o império confessional e político da fé, mas em toda parte verifica a tranqüila vitória da inércia e a profunda contradição que há entre o *creio* e o *faço*.”

Toda a prédica se tece em torno da pergunta de Jesus em João, capítulo 8, versículo 46: *“Se vos digo a verdade, por que não me credes?”* Após se voltar para o que chama de *“um auditório tão católico”* e lançar os olhos à vida e às obras dos pequenos e muito mais dos grandes; ao examinar os leigos, e também os eclesiásticos, o audacioso jesuíta os acusa de

serem piores que os judeus do episódio. Porque, declara, “os judeus nem criam em Cristo, nem criam a Cristo”, ao passo que seus ouvintes crêem em Cristo, mas não a Cristo, isto é, crêem na sua divindade, sem praticar o que ordena.

Em outros termos, “somos cristãos de meias [...] nossa fé pára no credo, não passa aos mandamentos [...] somos católicos do credo, e hereges dos mandamentos”. E prossegue: “Diz Cristo universalmente, sem excluir a ninguém, que ninguém pode servir a dois senhores [...] E querendo o mesmo Cristo pôr um exemplo muito claro de dois senhores a quem se não pode servir juntamente; que dois senhores vos parece que serão estes? Deus e o mundo? Deus e o Diabo? Deus e a carne? Não: Deus e o dinheiro: não podeis servir a Deus e a mamom.”

A lucidez moral do pregador não se perde em atalhos e vai ao coração do problema; sua exigência é tão rigorosa como a do Evangelho: “... assim como ninguém pode servir a dois senhores, assim diz Cristo, que não pode servir a Deus e mais ao dinheiro [...] Quando jamais se encontrou Deus com o interesse, que o desprezado não fosse Deus?”

Ao analisar o sermão, Augusto Meyer cita aprovadamente a conferência de Antonio Sérgio de 1948, “**Perante a inexistência de uma civilização cristã**”, e chega a uma “conclusão bem amarga”. Junto com o ensaísta português, indaga: “Quais foram os efeitos que conseguiu o padre?”, e faz sua a resposta de 1948: “... nos fatos contemporâneos, no viver da época, absolutamente nenhum”.

Embora em aparência correto nos fatos, o juízo soa excessivo. Tanto Meyer como Sérgio praticam um reducionismo simplificador, surpreendente ao menos no rio-grandense, que se distinguia pela sutileza de espírito. Para ele, a imagem mais atual e decerto a mais trágica do pregador seria a de um “crítico social da cristandade, precursor talvez de um socialismo cristão”.

Certamente o jesuíta foi também crítico social e de maneira freqüente e insistente. Sua crítica, no entanto, mergulha mais fundo do que os limites de sua própria época; vale para a cristandade seiscentista, para qualquer cristandade e para seu oposto, para o nosso tempo de desencantamento do mundo, de secularização, de negação da transcendência e para qualquer tempo. Ele fala para o homem universal de todos os séculos, não apenas para a expressão sociológica de determinada época. A dificuldade de tornar o Evangelho a regra da vida social é da época de Vieira e de todas as demais, a começar pelo do próprio fundador, rejeitado e crucificado.

Em 1948, na idade da inocência a respeito do comunismo, alimentada pela vitória soviética na luta contra o nazismo, António Sérgio e Augusto Meyer podiam ainda entreter a ilusão ingênua de que as ideologias revolucionárias triunfariam onde fracassara o cristianismo do pregador. Desde então, o comunismo veio e se foi, deixando no país que tentou implantá-lo a ferro e fogo durante setenta anos uma desoladora colheita de ruínas e de lágrimas. O vácuo criado pelo fim do comunismo não tardou em ser ocupado pelo sistema de idolatria do mercado a cuja crise hoje assistimos e que levou ao paroxismo a adoração do que o sermão designava como “o ídolo universal do ouro e prata”.

Ora, se duzentos anos de revoluções radicais, desde a Revolução de 1789, e décadas de rigores e sofrimentos impostos pelo totalitarismo estalinista empenhado na criação do “homem novo” desembocaram no fundamentalismo de mercado, que chances teria tido de obter resultado

melhor um profeta desarmado, na classificação de Trotsky, alguém destinado a morrer como o grão de trigo, que só dispunha do poder transformador das palavras?

A resposta mais iluminadora a esta última pergunta vamos encontrá-la, como de costume, na incomparável capacidade que tem o padre Antonio Vieira de explicar porque é tão difícil, nesta e em outras coisas, mudarmos para melhor as coisas e mudarmos a nós mesmos para melhor:

“as dificuldades de crer em Cristo estão da parte do objeto; as repugnâncias de crer a Cristo estão da parte do sujeito: aquelas [...] longe de nós; estas [...] dentro de nós. A fé que não dói, é muito fácil de crer: a fé que se não pode praticar sem dor, é muito dificultosa de admitir [...] Para crer as coisas que não aparecem, pode não ter dificuldade o entendimento: para querer as coisas que não se apetezem, sempre tem repugnância a verdade [...] falou Cristo [...] Se alguém me quer seguir, negue-se a si mesmo, e tome a sua cruz às costas [...] Não diz: quem me quiser seguir, confesse-me a mim; senão: negue-se a si: nem diz: adore a minha cruz, senão: leve a sua [...] porque isto é o dificultoso à humanidade fraca e corrupta, esta mesma apreensão de dor, este receio de mortificação, esta contrariedade da natureza que traz consigo a doutrina de Cristo nas coisas que nos manda ou aconselha, esta a razão ou sem-razão, que entibia e acovarda a segunda parte da nossa fé, e nos aparta de crer a Cristo” (sermão da quinta domingo da quaresma, pregado na catedral de Lisboa, no ano de 1651) .

Até hoje essas palavras emocionam por sabermos pelo que lhe sucedeu mais tarde que o pregador, apesar da apreensão da dor e do receio da mortificação, chegada a hora do poder das trevas, não hesitaria em negar-se a si mesmo e em tomar a própria cruz. Se quisesse, a acomodação do interesse dos poderosos teria garantido a Vieira o triunfo fácil de carreirista, poupando-lhe certamente prisões, deportações, exílio, calúnias. Sua grandeza moral está em que, nos instantes definidores do destino e do caráter, sempre escolheu, de modo invariável, o partido dos fracos e oprimidos.

Desde o começo, as causas que abraçou estiveram predestinadas à derrota pela desfavorável correlação de forças: a liberdade dos índios contra a cobiça de colonos e autoridades em matéria de escravos e terras; o tratamento humano dos negros contra a exploração impiedosa dos senhores; a proteção dos cristão-novos e judeus contra os Inquisidores; o combate à corrupção dos governantes; o fim dos privilégios, a equidade nos impostos contra as injustas prerrogativas e prebendas de nobreza e clero.

Morreu incompreendido na comunidade a que aderira na adolescência contra a vontade da família e em cujo seio viveu mais de setenta anos. Sua fidelidade nos comove na veemência com que declinou bispados oferecidos por D. João IV num dos seus desentendimentos com os correligionários:

“Que não tinha S.M. tantas mitras em toda sua monarquia, pelas quais houvesse ele de trocar a pobre roupeta da Companhia de Jesus; e que se chegasse a ser tamanha a sua desgraça que a Companhia o despedisse, da parte de fora de suas portas se não apartaria jamais, perseverando em pedir ser outra vez admitido, senão para religioso, ao menos para servo dos que o eram. E que, se nem para isso o quisessem, ali estaria sem mais alimento que o seu pranto, até acabar a vida junto daquelas amadas portas, dentro das quais lhe tinha ficado a alma toda.”

Em obediência a seus superiores teve de arrancar-se ao brilho mundano na Corte para reatar nos sertões do Maranhão e da Amazônia com o sonho juvenil da missão junto aos índios. Nessa fase, salientou José Francisco Lisboa, “empreendeu, e perfez o infatigável missionário trabalhos prodigiosos e inumeráveis. Percorreu seiscentas léguas, ora a pé, ora embarcado, desde a serra de Ibiapaba até o Tapajós, não havendo rio, baía, costa e sertão que não devassasse; levantou dezesseis igrejas [...] compôs formulários e catecismos em sete línguas diferentes com o português ao lado; e pacificou, converteu e civilizou inumerável gentilismo...”.

A atenção a ser dada ao catecismo era dos pontos mais insistentes de Trento. Nas cartas ao Padre Provincial do Brasil, revela o missionário como levava o assunto a sério, escrevendo numa delas sobre os indígenas: “... *não sendo capazes de catecismo tão dilatado e miúdo como é o geral [...] tomamos dele as coisas mais substanciais, e fizemos outro catecismo, recopilado, em que, por muito breve e claro estilo, estão dispostos os mistérios necessários à salvação...*”. O pregador sutil que fascinava o papa e a rainha Cristina da Suécia sabia não só refazer catecismos para gente simples, mas não se pejava, como anotava em outra carta, de ficar na “*cidade, cuidando no catecismo dos índios, e examinando os batismos [...] Dos mistérios da fé raros eram os que sabiam alguma coisa [...] Desterrei o abuso geral [...] de não dar comunhão aos índios nem na hora da morte...*”.

São preocupações de um pastor de almas que redescobriu, conforme confessa em carta ao amigo Padre Francisco de Moraes, que “... *a melhor vida é esta. Ando vestido de um pano grosseiro cá da terra, mais pardo que preto, como farinha de pau, durmo pouco, trabalho de pela manhã até à noite, gasto parte dela em me encomendar a Deus, não trato com mínima criatura, não saio fora senão a remédio de alguma alma. Choro meus pecados, faço que outros chorem os seus, e o tempo que sobeja destas ocupações, levam-no os livros de Madre Teresa, e outros de semelhante leitura*”.

Se não fosse longo e cansativo, poderíamos desfiar os inúmeros traços nos quais se reconhece em sua atuação a inspiração do Concílio de Trento: na estrutura da pregação e dos sermões, no valor central concedido às Escrituras, tomadas sempre na versão da Vulgata, não como fonte única, mas iluminada pela tradição conservada pelos Padres da Igreja, na reiteração das verdades fundamentais da fé tais como ordenadas pelo concílio.

O que para ele conta, porém, não é a adesão exterior à codificação e fórmulas do concílio, da mesma maneira que nunca se satisfaz com a mera proclamação da mais impecável ortodoxia se lhe faltar a prova decisiva das obras, da ação coerente, da vida que reflete e atesta o poder vivificador da fé. Onde melhor demonstra sua profunda identificação com o espírito do concílio e daquele momento da história é no zelo que o devora pela reforma purificadora do Cristianismo e da Igreja.

Dei extenso espaço às citações de Vieira por querer fosse ele quem falasse, não eu. Entre outras razões, para mostrar que não foi sem razão que Fernando Pessoa lhe deu o título de “Imperador da língua portuguesa”. Outra frase de Pessoa, “Minha pátria é a língua portuguesa”, finaliza texto no qual o poeta conta sua emoção ao ler Vieira pela primeira vez. Não resisto em reproduzir aqui o trecho:

“Fui lendo, até o fim, trémulo, confuso: depois rompi em lágrimas, felizes, como nenhuma felicidade real me fará chorar, como nenhuma tristeza da vida me fará imitar. Aquele

movimento hierático da nossa clara língua majestosa, aquele exprimir das idéias nas palavras inevitáveis, correr de água porque há declive, aquele assombro vocálico em que os sons são cores ideais – tudo isso me toldou de instinto como grande emoção política. E, disse, chorei: hoje relembro, ainda choro. Não é a saudade da infância de que não tenho saudades: é a saudade da emoção daquele momento, a mágoa de não poder já ler pela primeira vez aquela grande certeza sinfônica”.

No fim da vida, quando exerceu o cargo de visitador, Vieira havia proibido os reitores dos colégios de utilizarem o trabalho dos índios, mesmo remunerado, a fim de evitar abusos, proibição que não tardou em ser abolida após sua morte. Em 1694, os jesuítas assinam com os paulistas as novas “Administrações dos Índios”. Vieira denuncia em voto separado a capitulação como escravidão disfarçada, posto que *“todo o útil se concedia aos administradores e todo o oneroso carregava sobre os miseráveis índios, a quem em todas as voltas ou mudanças sempre a roda da fortuna leva debaixo”*.

Ao tentar contestar o compromisso, é vítima de punição e não pode mais votar ou ser votado na comunidade. O inspirador do isolamento do pregador doente e envelhecido é seu antigo protegido Andreoni, mais conhecido pelo seu pseudônimo literário de Antonil, autor de “Cultura e opulência do Brasil” e, de acordo com Alfredo Bosi, “respeitoso de tudo quanto estivesse firme e estabelecido, refratário a utopias e profecias, conciliante com senhores de engenho e preadores de índios”.

Vieira recorre ao geral da Companhia contra a injusta punição. Esse geral, Paolo Oliva, seu admirador da época romana em que eram ambos pregadores do papa, finalmente lhe acudirá com uma reparação solene. Quando esta chega à Bahia, porém, fazia já três anos que aquele fatigado coração cessara de bater.

Cumpria-se, de tal modo, o que Antonio Vieira antevira no Sermão da Terceira Quarta Feira da Quaresma quase 30 anos antes:

“Se servistes à pátria, que vos foi ingrata, vós fizestes o que devíeis, ela o que costuma... Se servi, se pelejei, se trabalhei, se venci, fiz o que devia ao rei, fiz o que devia à pátria, fiz o que me devia a mim mesmo: e quem se desempenhou de tamanhas dívidas, não há de esperar outra paga... Os reis podem dar títulos, rendas, estados; mas ânimo, valor, fortaleza, constância, desprezo da vida, e as outras virtudes de que se compõe a verdadeira honra, não podem. Se Deus vos fez estas mercês, fizeti pouco caso das outras, que nenhuma vale o que custa (...pois...) O maior prêmio das ações heróicas é fazê-las.”

